

A QUESTÃO DA RUPTURA E DA CONTINUIDADE  
(PROTO)NACIONALISTA NA OBRA DE  
MÁRIO PINTO DE ANDRADE\*  
(UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO SOCIOLÓGICO  
DO PROGRAMA DE PESQUISA DO 2.º VOLUME DA  
OBRA ORIGENS DO NACIONALISMO AFRICANO)

Víctor KAGIBANGA\*\*

RESUMO: Neste estudo o autor aborda aspectos da *sociologia do protonacionalismo africano*, com base no pensamento sociológico de Mário Pinto de Andrade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e hermenêutica em que são destacadas quatro questões fundamentais: 1) aspectos epistemológicos da sociologia do protonacionalismo africano, 2) premissas objectivas e subjectivas da emergência e desenvolvimento do protonacionalismo africano, 3) linhas de ruptura e continuidade entre o protonacionalismo e o moderno nacionalismo africano, e 4) alcance histórico-metodológico da sociologia do protonacionalismo africano.

Palavras-chave: Sociologia do protonacionalismo africano; Nativismo; (Proto)nacionalismo; Elites sociais; Países africanos de língua oficial portuguesa.

---

(\*) Resumo do quinto capítulo "*Sociologia do (proto)nacionalismo africano*" do livro *A alma sociológica na ensaística de Mário Pinto de Andrade. Uma introdução ao estudo da vida e obra do primeiro sociólogo angolano* (no prelo), menção honrosa do prémio Mário Pinto de Andrade, promovido pelo INALD, edição de 1998.

(\*\*) Sociólogo, Professor Associado da Universidade Agostinho Neto (ISCED de Luanda, onde lecciona História do Pensamento Sociológico e Sociologia Geral), Membro fundador da associação angolana de antropólogos e sociólogos, Investigador da cátedra de história da sociologia e teorias sociológicas da Universidade Estatal de Moscovo, Investigador do Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (área de sociologia africana), Conselheiro científico do Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e Vice-Reitor da Universidade Agostinho Neto.

## INTRODUÇÃO

Mário Pinto de Andrade<sup>1</sup>, intelectual e nacionalista angolano, inaugurou na segunda metade do século XX a tradição sociocultural do saber endógeno na sociologia, tornando-se o fundador da sociologia angolana e um dos percursores do pensamento sociológico africano.

A sua obra como sociólogo é multidimensional e versa sobre os problemas de sociologia histórica, sociologia da civilização, cultura e linguística, sociologia da situação colonial, sociologia das relações raciais, crítica sociológica à ideologia do lusotropicalismo, sociologia do (proto)nacionalismo africano, sociologia da revolução, guerra e libertação nacional, sociologia económica, sociologia das gerações e de vários outros domínios do saber sociológico.

Mário Pinto de Andrade dedicou os últimos anos da sua vida à elaboração e sistematização de uma sociologia do protonacionalismo africano. Por isso, neste de homenagem ao seu 70.º aniversário natalício pretendo falar sobre a sua contribuição ao desenvolvimento da sociologia africana, através da elaboração e sistematização da sociologia do (proto)nacionalismo africano, no seu livro *Origens do Nacionalismo Africano* (1997a)<sup>2</sup> e no seu ensaio *As Ordens do Discurso do 'Clamor Africano': continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário*<sup>3</sup>, publicado em 1990, na revista *Estudos Moçambicanos* da Universidade Eduardo Mondlane. Mário Pinto de Andrade pretendia publicar a primeira obra com o título de *Origens do Nacionalismo Africano*. 1.º Volume: *O Discurso Protonacionalista* e o ensaio com o título e subtítulo genéricos de *Nacionalismo Africano*. 2.º Volume: *As Ordens do Discurso do "Clamor Africano": Continuidade e Ruptura na Ideologia do Nacionalismo Unitário*. Trata-se de dois trabalhos que se situam no âmbito da sociologia histórica e da sociologia política africanas.

---

(1) Mário Pinto de Andrade, nasceu no Golungo Alto (actual província angolana do Kwanza Norte, no dia 21 de Agosto de 1928 e vindo a falecer em Londres a 25 de Agosto de 1990. Estudou filologia na Universidade Clássica de Lisboa. Foi aluno de Georges Gurvitch, na Sarbone, tendo concluído a especialidade de sociologia religiosa, na École des Hautes Études (Paris). Para uma visão de conjunto sobre a sua biografia, vide Mário Pinto de Andrade. *Uma entrevista a Michel Laban*, 1997b.

(2) Sobre este assunto, ver Mário Pinto de Andrade, 1989. 127.

(3) Esse texto é um programa de pesquisa que projectava concluir e publicar como segundo volume do livro *Origens do Nacionalismo Africano*, com um título e subtítulo genéricos *Nacionalismo Africano*. 2.º Volume – *As Ordens do Discurso do "Clamor Africano": Continuidade e Ruptura na Ideologia do Nacionalismo Unitário*. Este texto, dedicado a Aquino de Bragança, está estruturado em três partes principais: I. A 1.a "Ordem do Discurso" (subdividido em: A. A análise de conteúdo, B. Os interlocutores destinatários, C. A composição sociológi-

Pretendo, neste artigo interpretar alguns dos aspectos da concepção sociológica do protonacionalismo africano, a partir dessas duas obras. O conteúdo desse exercício hermenêutico recai sobre os aspectos seguintes: 1) preliminares metodológicos, 2) emergência e essência social e desenvolvimento do protonacionalismo, 3) elaboração do discurso de ruptura e a emergência do moderno nacionalismo africanos, 4) significado histórico da sociologia do protonacionalismo africano.

## I. PRELIMINARES METODOLÓGICOS

Na obra em referência, Mário Pinto de Andrade faz, a título introdutório, alguns esclarecimentos sobre dois conceitos, tidos como importantes para o entendimento da questão do protonacionalismo. Trata-se dos conceitos de *nação e de nacionalismo*.

Em relação ao conceito de nacionalismo, ele considera-o um termo ambíguo e com fundo ideológico, que se organiza “*em torno de quatro temas principais: a soberania, a unidade, o passado histórico e a pretensão à universalidade*” (ANDRADE, 1997a: 14).

Para o ensaísta angolano, que subscreve as teses do sociólogo Francês Georges Burdeau, “*a nação é uma ideia ou representação*” (1997a: 13). Por isso, questiona os tradicionais critérios que presidem algumas definições do conceito de nação, designadamente, a língua, o território, a vida económica ou a comunidade de cultura (cf. ANDRADE, 1997a: 16). Como é comumente sabido, as independências dos Estados africanos foram proclamadas no âmbito das fronteiras coloniais delimitadas pela conferência de Berlim, realizada em 1885. Os 31 chefes de Estado Africano que assinaram a Carta da OUA<sup>4</sup>, em Maio de 1962, reconheceram as fronteiras herdadas da colonização. Porém, um pouco por toda a parte do continente tem se levantado vozes de políticos e intelectuais africanos que propõem a revisão das actuais fronteiras africanas. A posição de Mário

---

ca), II. “Elaboração do discurso de ruptura”, III. “2.a Ordem do Discurso” (subdividido em: A. O inimigo, B. A violência, C. A organização e base social), além das partes introdutória e conclusiva. Alguns conteúdos da primeira parte deste texto (p. 9-17) foram inseridos em ANDRADE, Mário Pinto de, 1997a: 183-186. Mário Pinto de Andrade projectava desenvolver e alargar o conteúdo deste texto.

(4) Na alínea d) seu art. 2.º, a Carta da OUA estabelece a defesa das soberanias, integridade territorial e independência dos Estados Africanos no quadro das fronteiras traçadas pela conferência de Berlim.

Pinto de Andrade situa-se nessa perspectiva. Mário Pinto de Andrade justifica a sua preocupação devido ao carácter artificial das fronteiras A actualidade e pertinência destas considerações metodológicas preliminares, na perspectiva de Mário Pinto de Andrade, consistem no questionamento *“em primeiro lugar, se a ideologia nacionalista contém, na essência, um carácter universal (...) e no entendimento da singularidade africana, em particular ‘do momento africano protonacionalista’”* (ANDRADE, 1997a: 13). Mário de Andrade elabora a sua sociologia do protonacionalismo africano, partindo da definição do que chama *“avatares das ideologias nacionalistas”*, conceitos de nação, questão nacional e nacionalismo<sup>5</sup> – eixos metodológicos importantes para a ilustração sociológica da problemática do (proto) nacionalismo africano.

## 2. DA EMERGÊNCIA E DA ESSÊNCIA SOCIAL DO PROTONACIONALISMO AFRICANO

A emergência do protonacionalismo foi preparado por um conjunto de condições histórico-sociais, das quais pontificam: as premissas sócio-políticas e sócio-culturais da época e a ordem ideológica vigente, subsequente ao império, o liberalismo e o salazarismo (*cf.* ANDRADE, 1997a: 5). É essa ordem político-ideológica, contestada pelas populações nativas, que estrutura todas as premissas objectivas e subjectivas do surgimento das práticas e dos discursos protonacionalistas. Mário Pinto de Andrade, inscreve na nova ordem colonial (era pós-império), os seguintes condicionalismos: a *“Constituição de 1822, que proclama o princípio de unidade de estatuto político e legislação entre as colónias e a metrópole”* (ANDRADE, 1997a: 25), o *“edifício ideológico cujas vertentes se compunham de uma legislação referente à assimilação dos autóctones (direitos civis e político ao nível dos indivíduos) e a integração dos territórios”*<sup>6</sup> (ANDRADE, 1997a: 25).

Esse complexo quadro sócio-político, criado no período pós-império, assume uma dimensão global com as acções nativistas de protesto à nova ordem colonial, protagonizadas pelos *“letrados africanos”* através do jornalismo da

---

(5) Estes conceitos estiveram sempre presentes nos programas políticos dos (proto) nacionalistas africanos e constituíram ideias nucleares na luta pela emancipação e afirmação das elites africana.

(6) Outros factores importantes foram a independência do Brasil (1822) – reconhecida por Portugal apenas em 1825 – e o triunfo do liberalismo (1834). Mário Pinto de Andrade considera o advento do liberalismo como a premissa mais importante que influenciou

“*imprensa livre*” e da literatura (cf. 1997a: 41-56), a valorização da civilização negro-africana, em oposição ao racismo<sup>7</sup> e “preconceitos racistas gerados pela expansão colonial”(Idem: 57-73). Como constata Mário Pinto de Andrade, foram os nativistas que apresentaram as “*primeiras interpelações do poder colonial na base das reivindicações locais e expressões incipientes de uma identidade cultural não isenta de ambiguidades*”(ANDRADE, 1997a: 39).

Os primeiros lampejos desse grande movimento nativista, que dá lugar a partir de 1911 à dinâmica protonacionalista, tiveram lugar em São Tomé durante o século XIX. Terão contribuído para a eclosão do discurso nativista em São Tomé vários factores objectivos e subjectivos. Em primeiro lugar, “*a abolição das relações escravocratas de trabalho*<sup>8</sup> e a organização de uma estrutura económica baseada no capital”, Em segundo lugar, a transformação da de São Tomé e Príncipe em colónia de plantação, com duas culturas rentáveis – o café e o cacau (cf. ANDRADE: 1990: 9-10, 26). Em terceiro lugar, a existência de muitos São-Tomenses radicados na Metrópole, na Segunda metade do século XIX e de uma consolidada elite nativista avançada, constituída por proprietários agrícolas e profissionais liberais – todos representantes da burguesia rural e urbana, enfim, uma elite não homogénea, que aspira um “*poder autónomo ou regional, no seu próprio interesse*”(ANDRADE, 1990: 10).

Em relação a Cabo Verde<sup>9</sup>, Mário Pinto de Andrade faz um levantamento sumário dos temas dominantes dos discursos nativistas: “*a reclamação igualitá-*

---

toda a dinâmica político-social na metrópole e, por conseguinte, nos territórios colonizados: “*o liberalismo integra certos aspectos das ideias iluministas, da maçonaria e do jacobinismo. Com o seu advento abriu-se o vasto campo de pleno exercício da ‘livre comunicação dos pensamentos’ materializada nos movimentos associativos, na imprensa, na eloquência parlamentar e na literatura política*”.

- (7) Noutro lugar, ANDRADE, Mário Pinto de (1990: 10) reconhece que a defesa da raça colocava-se ante dos protonacionalistas, “*em oposição contra-ofensiva face ao preconceito reinante sobre a inferioridade congénita ‘do negros’*”, um dos preconceitos eurocentrico, que funcionava como principio apologético da colonização ocidental.
- (8) No período que se seguiu a abolição do tráfico negreiro e da escravatura, as elites nativas são-tomenses travaram uma luta titânica pelo direito a posse da terra. Note-se que o tráfico negreiro, em Portugal, foi oficialmente abolido em 1836. O processo de abolição da escravatura foi recebido com antipatia e resistência por administradores e colonos (também por algumas elites nativas), que continuavam a agir como se os decretos não tivessem sido promulgados. A “*total abolição*” aconteceria mais tarde, em 1858, “*numa altura em que se começava a compreender que o rendimento do trabalho da mão-de-obra-escrava era inferior ao dos trabalhadores livres*”(MEDINA, 1994: 134).
- (9) É de referir que pelo lugar que ocupavam no sistema do tráfico negreiro e da organização social das sociedades escravocratas, algumas famílias locais de São-Tomé e Cabo-Verde.

*ria na aplicação das leis e no acesso às funções públicas, a instrução popular; o apelo à solução de problemas económicos concretos do comércio, agricultura, secas, crises”* (ANDRADE, 1997a: 41).

Outros aspectos, não menos importantes, que estiveram na base da eclosão do espírito nativista nos dois arquipélagos – São Tomé e Príncipe e Cabo Verde – são: o espírito irredentista dos escravos dessa Ilhas<sup>10</sup> e o desenvolvimento da matriz crioula, numa dinâmica de bio-aculturação inter-africana, a partir de condições e factores histórico-sociais, económicos e culturais homogéneos para. Esta processo regista-se com maior dinamismo no século XIX (*cf.* ANDRADE, 1997a: 22-23).

Em relação aos nativistas angolanos, o ensaísta angolano constata ainda que: *“diversas personalidades nativas de Angola deixaram marcas da sua presença a evidenciar talentos versáteis na literatura, com particular incidência no jornalismo doutrinário, e também em estudos de carácter histórico, etnológico e filológico”* (ANDRADE, 1997a: 50). Esta asserção ressalta a importância social do papel da imprensa e da literatura de pendor nativista no quadro geral da emergência, desenvolvimento e afirmação do protonacionalismo. Mário Pinto de Andrade aponta alguns casos paradigmáticos. Em relação à imprensa, ele destaca *O Negro*, o *Correio de África*, a *Luz e Crença* e o *Angolense*. Em relação à literatura (prosa polémica), destacam-se os nomes de Júlio Castro Lopo, José Fontes Pereira e Joaquim Dias Cordeiro da Mata. Portanto, as acções dos nativistas séc. XIX contribuíram significativamente ao amadurecimento das condições político-ideológicas e culturais da emergência do protonacionalismo, no início do século XX.

No quadro das condições histórico-sociais que contribuíram para o surgimento do protonacionalismo africano, o nativismo representa o factor endógeno, por conseguinte, o mais importante, que galvaniza as consciências colectivas dos africanos e as transformações sociais que se registam no século XX. A este propósito, Mário Pinto de Andrade escreve: *“Ideia projectiva, concebida pelos letrados africanos do século XIX, o nativismo era o termo pelo qual o segmento intelectual dos ‘filhos da terra’, exprimia o sentimento colectivo de serem os portadores dos valores culturais dos seus países, o signo da sua identificação e o ponto de encontro das aspirações a uma futura autonomia, se não independência”* (ANDRADE, 1997a: 73).

---

beneficiaram do sistema vigente *“e assumiram, pela sua prática, a mentalidade escravista”* (ANDRADE, 1997a: 22).

(10) Em São Tomé e Príncipe as revoltas de escravos remontam do século XV tendo se agudizado no século XIX, e, em Cabo-Verde, o espírito irredentista da sociedade escravocrata atingiu o seu apogeu a partir da década de 30 (1835).

A emergência do protonacionalismo é, portanto, uma consequência lógica do processo de evolução do nativismo, um duplo momento de continuidade e ruptura com o nativismo. Este duplo momento está caracterizado no derradeiro livro de Mário de Andrade, *Origens do Nacionalismo Africano*. Aqui, Mário de Andrade traça uma *periodização (1911-1961) do nacionalismo africano*, subdividido em duas grades fases: a primeira (1911-1930), reflecte os discursos e as práticas protonacionalistas; a segunda (1930-1961), caracteriza a emergência do moderno nacionalismo africano. No entanto, o livro em referência analisa apenas o primeiro período, e a etapa anterior ao protonacionalismo (o momento do nativismo), detectando as linhas de continuidade e de ruptura entre esses dois grandes movimentos de emancipação e do nacionalismo africano.

Quanto ao período protonacionalista, o ensaísta angolano, destaca o papel das organizações associativas, na realização da herança nativista e na reivindicação libertadora dos respectivos países. Os protonacionalistas são apresentados numa perspectiva global e unitária. Sobre esta última característica, Mário de Andrade constata que: “*Na generalidade, e encarado sob o ângulo unitário, o protonacionalismo abrange o período histórico de emergência de um discurso que se distingue pelo seu triplo carácter fragmentário (no pensamento e na acção), descontínuo (na temporalidade) e ambivalente (no seu posicionamento face ao sistema colonial)*” (ANDRADE, 1997a: 77). É um discurso elaborado sob influência dos doutrinários portugueses. Os protonacionalista e inscrevem, no entanto, na sua matriz discursiva duas reivindicações fundamentais: “*o orgulho de pertencerem ao mundo negro*<sup>11</sup> e a *reclamação do estatuto jurídico, social e político de africanos portugueses*”<sup>12</sup> – este é por assim dizer o postulado base que estrutura todo o discurso protonacionalista (ANDRADE, 1990: 10-11). Tratava-se, pois, de um processo social dinâmico. No dizer do ensaísta angolano, “*Esta dinâmica colectiva que surgiu simultaneamente nas colónias portuguesas e na “Metrópole”, foi impulsionada por uma fracção social onde a intelligentsia exercia a hegemonia e se erigiu como poeta-voz das populações anónimas*” (ANDRADE, 1997a: 77).

---

(11) É a ilustração protonacionalista do discurso de raça e de enunciação identitária, influenciados pelas dinâmicas pan-africana e pan-negrista, enfim, um discurso em torno do renascimento africano. Logo nos primórdios do seu surgimento (1911), os protonacionalistas assumem o “*papel de “fazer triunfar as reivindicações da raça escravizada*”, colocando a sua acção político-ideológica no ‘terreno negrista’. No entanto, a consolidação do discurso negrista e pan-africanista deveu-se sobretudo as influências a partir de DU BOIS e Marcus GARVEY – “*arquétipos de libertação do homem negro*” (cf. ANDRADE, 1990: 10-14; 1997a: 92-94, 57-73, 184-185).

(12) Ainda na esteira de Mário Pinto de Andrade, os protonacionalistas não prosseguiram a autodeterminação como lema da autodeterminação dos povos e das nações. Pelo contrá-

A ação protonacionalista é dinamizada pelos intelectuais e pelos órgãos das associações. Neste período surgem no interior das antigas colónias portuguesas as seguintes associações: em Cabo-Verde, a Associação Operária 1º de Dezembro (1911); na Guiné-Bissau, o Centro Escolar Republicano e a Liga Guineense (ambos em 1911); em São Tomé e Príncipe, a Liga dos Interesses Indígenas de S. Tomé e Príncipe (1910), o Grémio de S. Tomé (1906) e a Caixa Económica de S. Tomé (1905); em Angola, a Liga Angolana (1912) e o Grémio Africano (1913); em Moçambique, o Grémio Africano de Lourenço Marques (1920).

São estes, em linhas muito gerais, os traços que caracterizam o contexto histórico-social da emergência, desenvolvimento, afirmação e decadência do protonacionalismo africano, a partir de 1911 (*cf.* ANDRADE, 1997b: 77). Como afirma Mário de Andrade, “o ideário protonacionalista elaborara-se a partir do lançamento do jornal *O Negro*, em 1911, e falece no início dos anos 30, submerso pelas contradições inerentes ao Movimento Nacionalista Africano”<sup>13</sup> (ANDRADE, 1997: 77).

A origem social dos protonacionalistas deve ser vista nas elites africanas letradas, surgidas no século XIX. Na esteira de Mário Pinto de Andrade, pode dizer-se que, as elites de letrados africanos, “emergiram entre camadas sociais privilegiadas, pelo jogo da mobilidade vertical induzida pela necessidade de quadros subalternos para o exercício da vida administrativa, no âmbito do sistema político e económico vigente. Além dos agentes da função pública, contavam-se proprietários

---

rio, reivindicavam o direito de serem “africanos portugueses, no interior de um espaço hipotético – O Portugal Maior. Nesta óptica, eles batiam-se contra a existência de ‘duas castas de portugueses: a dos dominadores e a dos dominados’, de duas pátrias (vencedores/vencidos, homens livres/escravos, coloniais/metropolitanos)”. Por outro lado, os protonacionalistas engajam-se no exercício de produção semântica de termos caracterizadores do estatuto ou da identidade social pretendida. Termos como “africano-português”, “afro-português”, (*cf.* ANDRADE, 1990: 11-13).

- (13) Algumas das causas da crise do discurso e da prática protonacionalistas tem a ver com as divergências, cisões e rivalidades intra e interassociativas e com as manifestações raciais – protagonizadas pelas autoridades coloniais – que provocam divisões entre negros e mestiços, quer no seio dos principais actores dessas associações. Estas divisões traduziam a essência sócio-económica e as barreiras culturais “nas quais se baseava o sistema colonial para prolongar o ‘estatuto dos indígenas’” (ANDRADE, 1990: 19). A este respeito, Mário Pinto de Andrade fala da composição racial das diversas associações e agremiações que, a partida, estabelece uma nítida fronteira preconceituosa entre os aderentes dessas associações. É o caso da Liga Nacional Africana (Angola) e o Centro Associativo dos Negros (em Moçambique) e o caso da Associação dos Naturais de Angola e a Associação Africana (Moçambique) – uns e outros autodesignando-se representantes dos negros ou dos mestiços. Para uma reflexão sobre as contradições no seio dessas associações, vide carta de Higinio Aires (Set. 51) e António Jacinto (Dez. 51) a Agostinho Neto e comentário de Agostinho Neto à carta de H. Aires (sem data) (*In:* LARA, 1997: 434-443), carta de

*agrícolas, professores do ensino privado e advogados provisionários. Produto dos aparelhos ideológicos dominantes (igreja, escola, exército)*” (ANDRADE, 1997a: 39). Genericamente, o sociólogo angolano define, essas elites como “*autodidactas que desempenham o papel de reprodutores de um saber essencialmente humanista, ‘o culto e a difusão da instrução’ e a promoção da ‘criação literária’*” e do jornalismo (cf. ANDRADE, 1997a: 39).

É de referir o facto de serem as elites provenientes do sistema de ensino religioso, as primeiras a constituir os primeiros núcleos de letrados africanos. Sobre isto, Mário de Andrade considera o seguinte: “*Produto dos aparelhos ideológicos dominantes (igreja, escola, exército) são particularmente os clérigos, antigos discípulos dos seminários que graças à anterioridade e proeminência do ensino religioso, formam o primeiro núcleo de letrados*” (1997a: 39). É no âmbito dessa estrutura sociológica, em que se inscrevem as elites nativista e o papel das instituições ideológicas de reprodução e regulação – a igreja, o escola e o exército – que se deve situar a hora dos protonacionalistas. Aliás, esses dois factores determinam a composição sociológica dos novos protagonistas sociais – os protonacionalistas. Assim, a auto-representação<sup>14</sup> dos novos protagonistas é uma “*plêiade da elite africana*”, formada por estudantes, mestres-escolas. Professores, publicistas, advogados, médicos, técnico, engenheiros, comerciante, proprietários<sup>15</sup> – uma ‘aristocracia sociológica’, representativa da pequena burguesia urbana e rural<sup>16</sup> (ANDRADE, 1990: 10, 15-16). Essa “*plêiade da elite africana*” protonacio-

---

António Jacinto a Mário Pinto de Andrade (com a data de 01/02/1951) (*In*: ANDRADE, 1997b: 189-195).

- (14) Lendo alguns jornais da época prototonacionalista, por exemplo o *Tribuna d’África*, se pode facilmente constatar a importância dessa autorepresentação. Todos os números da série desse jornal referente ao período 1931-1932 ilustram no frontispício indicador da auto-apresentação, em casos como estes. Artur de Castro (da classe dos intelectuais africanos), Luiz da Cunha Lisboa (da classe patronal africana), Joaquim Ramos (em representação dos trabalhadores indígenas). (cf. ANDRADE, 1990: 15).
- (15) Esta composição tem apenas a ver com os “*actores dirigentes*”. É de referir, no entanto, de que uma parte significativa da liderança dessa aristocracia sociológica era constituída por indivíduos mestiços (“*descendentes das relações entre europeus e negras escravas do período inicial da cana-de-açúcar*” (Francisco Tenreiro, citado por ANDRADE, 1990: 15), originários de São-Tomé. Ao caracterizar essa ‘*aristocracia sociológica dos filhos da terra*’, Mário Pinto de Andrade, afirma o seguinte: “*essa camada social – ‘os luso-descendentes’*” – tinha sofrido os “*efeitos da invasão do capital colonial com a irrupção de novos roceiros apoiados pelo Banco Ultramarino*”. Mas ela possuía “*ainda ‘capitalistas industriais, comerciantes e agricultores’ em número suficiente*” (ANDRADE, 1990: 15).
- (16) Trata-se de uma composição sociológica dos protonacionalistas. É mais vasta e complexa. Para ilustrar essa complexidade, Mário Pinto de Andrade apresenta, por exemplo, dados sobre a composição de algumas associações pronacionalistas, a saber: as categorias só-

nalista era, no entanto, produtora de um discurso permanentemente ambivalente, de pendor pro-colonial, e com uma finalidade social ilusória: *“assumindo-se como negros ‘cultos’, no molde ocidental, sujeitos da nação portuguesa e legalistas, estes ideólogos, por condições históricas conducentes à imaturidade na sua análise, não tinham atingido o grau crítico de compreensão da lógica do sistema colonial português”*<sup>17</sup>. É nisso em que consiste a principal causa de ruptura e assunção de uma nova postura patriótica e nacionalista que é assumida pela geração de Mário Pinto de Andrade – a geração que entra na arena histórica, logo depois da Segunda Guerra Mundial (ANDRADE, 1990: 17).

### 3. DA ELABORAÇÃO DO DISCURSO DE RUPTURA À EMERGÊNCIA DO MODERNO NACIONALISMO AFRICANO

A imaturidade das elites protonacionalistas, a nova ordem política internacional surgida no período subsequente a Segunda Guerra Mundial criaram condições para o surgimento de um novo discurso, o discurso de ruptura com os protonacionalista, agora ultrapassados pelo novo contexto sociológico, tanto na metrópole quanto nas colónias. Essa superação histórica do discursos protonacionalistas é explicada, na esteira de Mário Pinto de Andrade, pelos seguintes motivos: o *“protonacionalismo, a expressão política organizada (e oficialmente autorizada) nas colónias portuguesas apresenta”*, no período pós Segunda Guerra Mundial, *“os seguinte traços: a lenta agonia do carácter operatório do legalismo preconizado pelos ligas e grémios; a ambiguidade do posicionamento dos principais protagonistas dessa agremiações, a deturpação da mensagem da ‘causa africa-*

---

cio-profissionais dos associados do Grémio Africano de Lourenço Marques, recenseados em Maio de 1921 (*“por ordem de frequência: empregados de comércio; empregados do sector público, assalariados (mecânica e imprensa), empregados de escritórios, trabalhadores subalternos dos caminhos de ferro, quatro proprietários, três comerciantes, três agricultores, um jornalista e um único funcionário”*) e as categorias sócio-profissionais dos membros da Liga Africana, nos meados do ano de 1922 (39 dos seus novos membros estão repartidos em *“18 empregados do sector público, 9 proprietários, 3 empregados comerciais, 2 agricultores, 2 empregados agrícolas, 1 funcionário público, 1 professor primário, 1 guarda-livros, 1 carpinteiro e 1 ourives”*) (cf. ANDRADE, 1990: 15-16).

- (17) Em relação a ambiguidade comportamental dos dirigentes das associações protonacionalistas, Mário Pinto de Andrade é da seguinte opinião: *“Adentro da ambiguidade do posicionamento político dos actores sociais (...) (isto é, os dirigentes associativos), os comportamentos são variáveis: ora tomam as formas da dissimulação, ora atingem o ponto máximo do compromisso veiculado no discurso pro-colonial”* (1990: 19).

*na', a instrumentalização de certas personalidades africanas pelo poder colonial"* (ANDRADE, 1990: 18-19).

Por outro lado, a nova demanda social ante dos povos colonizados, impõe a (re)elaboração dos discursos (proto)nacionalistas, demarcando uma linha divisória entre o legalismo da praxe protonacionalista e a necessidade histórico-social e política de uma nova dinâmica nacionalista. São três, as grandes fases histórico-sociais que vão contribuir para a nova estruturação da praxis nacionalista. Na opinião autorizada do sociólogo angolano Mário Pinto de Andrade, essas fases são as seguintes: *"a da congregação dos homens e sua aprendizagem cultural e política; a da explosão organizacional e, enfim, a da viragem decisiva para a opção da luta armada"* (ANDRADE, 1990: 18). O período que separa essas três fases do protonacionalismo histórico, é um período de transição, de um protonacionalismo transitório e projectivo, que vai servir de pivô para o surgimento, desenvolvimento e afirmação do moderno nacionalismo africano. O *"perfil sociológico"* da nova plêiade dos *"actores dirigentes"*, segundo Mário Pinto de Andrade, é constituído por indivíduos originários das *"camadas subalterna, autóctones, cuja formação se processa sob o controle do poder político colonial, através dos aparelhos da hegemonia cultural 'escola, igreja'"*<sup>18</sup> (ANDRADE, 1990: 18).

Do ponto de vista congregacional e organizacional o discurso das novas correntes protestatária e nacionalista desenvolve-se no espaço das igrejas locais, *"igrejas negras"*<sup>19</sup>, dos agrupamentos culturais (Vamos descobrir Angola, Movimento dos Novos Intelectuais, Msaho), dos núcleos de reflexão de jovens intelectuais (Centro de Estudos Africanos), das *"associações de classe"* e dos centros de agitação cultural e política (Clube Marítimo e Casa dos Estudantes do

---

(18) Trata-se de uma intelligentsia embrionária, embora assimilável à pequena burguesia. É um corpo social sem ligações umbilicais (direitas) ao aparelho produtivo. É uma intelectualidade radicalmente contestatária, que produz um discurso social descomprometido e radicalmente oposto a dicotomia indígena/civilizado. Essa posição *sui generis* da nova elite intelectual, contribui para a assunção de projectos colectivos socialmente mais representativos (cf. ANDRADE, 1990: 18).

(19) É a questão do nexa entre o messianismo e o nacionalismo em África. No caso angolano, Mário Pinto de Andrade fala da forte influência das *"igrejas negras"*, particularmente no espaço sociocultural Bakongo, a partir do século XIX. Os nomes que mais influenciaram o movimento messiânico angolano são os de Simon Kimbango (1887-1951) e Simão Gonçalves Toco (1918-1984) – Kimbanguismo e Tocoísmo – movimentos que penetram em Angola a partir do espaço sociocultural Congo (do sul do então Congo Belga), actual República Democrática do Congo. Em Moçambique os casos paradigmáticos estão ligados aos nomes de personalidades religiosas como as de Elias Saúte Mucambe e Kamba Simango (1890-1967).

Império). A literatura de ruptura (principalmente a poesia e ensaística) assume nesse período, décadas de 1940 e 1950, um papel social colossal na conscientização política. Unidos em torno de três eixos temáticos (a busca da identidade, a procura de matrizes culturais africanas e a manifestação do real africano), os produtores do novo discurso literário (Francisco José Tenreiro, Viriato da Cruz, Noémia de Sousa, António Jacinto, Agostinho Neto, José Craverinha, Marcelino dos Santos, Gabriel Mariano, Ovídio Martins), influenciado pela negritude e pelo neo-realismo denunciam o colonialismo.

A acção sociocultural e política desses novos movimentos exerce uma influência significativa no surgimento de uma nova conjuntura política. As autoridades coloniais portuguesas despertam e movem uma forte vigilância policial sobre os novos protagonistas, que são obrigados a passar para a clandestinidade<sup>20</sup>. Na opinião de Mário Pinto de Andrade, um dos actores centrais desse processo sociocultural e político<sup>21</sup>, é, no entanto, a conjugação de todos esses factores e “*explosão organizacional que se alastra pelo espaço colonial*” determina a formulação de um novo discurso unitário, cuja originalidade se consubstancia nos planos seguinte: a) “*a liderança concomitante, ou seja os actores dirigentes encontram-se efectivamente na chefia dos movimentos nacionais ou em vias de assumi-la*”; b) “*alarga-se o espaço geográfico da elaboração do discurso e do exercício da praxis política. O mapa da nova geografia sócio-política inclui Paris, Tunis, Conakry, Casablanca – Rabat*”; c) “*a composição dos novos interlocutores-destinatários tem, por consequência da nova praxis sócio-política, uma nova configuração sociológica: no plano interno, com ‘trabalhadores manuais e intelectuais, do campo e das cidades, operários, estudantes, soldados obrigados a servir no exército colonial’ e, no plano externo, com ‘autoridades coloniais, opinião pública portuguesa e mundial, organizações das Nações Unidas’*” (ANDRADE, 1990: 22).

Conclui-se, assim, o processo de ruptura da ruptura – refiro-me a uma dupla ruptura histórico-processual. Em primeiro lugar a ruptura com o discurso e as prática protonacionalista histórica. E, em segundo lugar, a ruptura da ruptura com a praxis sócio-política e cultural do (proto)nacionalismo transitório e projectivo. Surgem assim, entre 1957 a 1961, as primeiras organizações “*do processo político unitário da modernidade*”, a que Mário Pinto de Andrade designa por

---

(20) A denúncia do colonialismo português ultrapassa as fronteiras do “*império português*” e desencadeia-se numa escala internacional.

(21) Note-se que alguns autores consideram Mário Pinto de Andrade como sendo o “*precursor do anticolonialismo em Portugal e do nacionalismo angolano*” (PAULO: 56-57). O próprio Mário atribuía esse papel a figura de Viriato da Cruz e considerava-o pivót moderno nacionalismo angolano (1997b).

“segunda ordem do discurso”<sup>22</sup> do “Clamor Africano”. No novo movimento político – surgido na sequência da formulação do segundo discurso do Clamor Africano” – podemos incluir as seguintes organizações políticas: a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (C.O.N.C.P.), o Movimento Anti-Colonialista (M.A.C.), a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (F.R.A.I.N.)<sup>23</sup>. As principais categorias sócio-políticas do discurso dos nacionalistas da modernidade “*exprime um pensamento sobre: o inimigo, a violência, a organização e base social*” (ANDRADE, 1990: 22). Em relação ao inimigo, “*o colonialismo é definido como inimigo irreconciliável dos povos das colónias*”; em relação a violência, os nacionalistas postulam “*a acção directa*”, programando “*a conquista imediata da soberania nacional, a independência real e a liquidação total do colonialismo e o imperialismo em África*”, através da destruição da estrutura e das forças do colonialismo, por meios pacíficos e violentos (ANDRADE, 1990: 24-25). Quanto à organização e base social, o “*grupo dos naci-*

---

(22) Mário Pinto de Andrade toma ordem do discurso, a partir do trabalho do historiador camaronês MBEMBÉ, J. Achille “*La palabre de l’indépendance: Les ordres du discours nationaliste au Cameroun*” (1948-1958) (1985: 451-486), onde são apresentados os resultados de uma pesquisa paradigmática sobre o discurso nacionalista nos Camarões, com base na praxe sócio-política da U.P.C. (União das Populações dos Camarões). A pertinência metodológica desse estudo, na opinião de Mário Pinto de Andrade, reside na relevância do factor linguístico no estudo da importância sociológica da enunciação do político (cf. ANDRADE, 1990: 26-27).

(23) Essas são as organizações (CONCP, MAC, FRAIN) nomeadas no texto de Mário Pinto de Andrade (cf. 1990: 22-23). São elas que, na óptica deste sociólogo angolano dão sentido aos primeiros conteúdos do corpus teórico do moderno nacionalismo africano, através das actas reuniões, cartas, comunicados e resoluções dessas organizações produzidas no período em referência. É importante considerar um quadro mais amplo no estudo de todas as organizações e associações do período (proto) e pós eclosão nacionalistas, e proceder-se ao estudo dos seus discursos e composição sociológica. Refiro-me ao estudo do papel das organizações e associações mutualistas de angolanos que se implantaram no Congo Belga (por exemplo: ASOMIZO, ALLIAZO – congregando, na sua maioria, emigrantes angolanos do espaço sociocultural Bakongo), ainda no Congo e na Rodésia (por exemplo: as Associações dos Tchokwes de Angola e a associação dos Tchokwes de Angola na Rodésia (ATCAR) – reunindo, maioritariamente, angolanos do espaço sociocultural Lunda-Cokwe; associações de Luvala e Bunda Lutachase (agrupando angolanos do espaço sociocultural Ngangela); das organizações surgidas no sul de Angola (Associação Angolana do Sul (congregando funcionários do CFB), Organização Cultural de Angola, o grupo obio, a associação académica e a organização socialista de Angola), aos grupos políticos clandestinos surgido e movimentos populares e políticos, surgidos em Luanda no norte de Angola e no estrangeiro (ALIASO, PLUAA, PCA, PDA, UNTA, UPNA, UPA, FNLA, MIA, MLNA, MIN, MINA, MPLA, NUIZANI, UNITA).

*onalistas da modernidade*” projectam uma participação organizativa aglutinadora dos patriotas africanos, atribuem ao proletariado a direcção dessa luta, convidam todos os patriotas das colónias portuguesas a mobilizarem-se nas suas organizações nacionais (partidos políticos e organizações nacionais), definem objectivo programático imediato: a liquidação do colonialismo português (*cf* ANDRADE, 24-25). Mário Pinto de Andrade anuncia, na Câmara dos comuns em Londres (1960), o início para breve da luta armada. Os nacionalistas criam assim as condições indispensáveis ao início de uma nova etapa, o da luta armada organizada contra o colonialismo português. Esta começou em Angola em 1961, na Guiné-Bissau em 1963 e em Moçambique em 1964<sup>24</sup>.

#### 4. SIGNIFICADO HISTÓRICO DA SOCIOLOGIA DO PROTONACIONALISMO AFRICANO

Começo por estruturar a abordagem deste último item, colocando em forma de perguntas, duas inquietações metodológicas. A primeira consiste em saber se o protonacionalismo africano tem uma dimensão e um significado históricos para a apreensão do nosso passado, do nosso presente e a projecção do nosso futuro? A segunda, questiona se a sociologia do protonacionalismo africano tem alguma importância metodológico para a reconstrução e estruturação epistemológica dos grande domínios e temas da sociologia africana?

Permito-me fazer um primeiro recurso a ideia sobre os limites epistemológicos de toda a démarche teórica do que é aqui chamado por sociologia do protonacionalismo africano. Mário Pinto de Andrade (1990: 26-27), articulou essa problemática em três dimensões cognitivas. Em primeiro lugar, a necessidade da *“apreensão global das ordens do discurso do clamor africano”*, tendo em atenção o estudo da sua natureza sociológica, a análise do perfil sociocultural dos seus produtores e a inserção destes dois momentos no estudo histórico da totalidade social do conjunto dos países africanos reflectidos nos discurso e práticas protonacionalista. É a questão da incorporação dos conhecimentos da história social como método de procedimento no quadro geral do saber histórico-sociológico. Em segundo lugar, a necessidade de construir uma hermenêutica sociológica, para a descodificação do discurso da enunciação política e protes-

---

(24) Para uma reflexão sobre a nova fase do nacionalismo africano, o da luta armada pela libertação nacional, ver ANDRADE, Mário Pinto de, 1997b, GUERRA, João Paulo. *Memória das Guerras Coloniais*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

tatária presentes nos textos orais e escritos (testemunhos orais e escritos dos actores-protagonistas) em todo o *“processo de resistência multiformes constantes que, durante séculos ritmaram o combate contra a ocupação estrangeira”*. Em terceiro lugar, Mário Pinto de Andrade insistia na incorporação dos discursos e práticas protonacionalistas nas totalidades socioculturais africanas, na África-negra, isto é, *“para lá das fronteiras sem que as colónias portuguesas foram artificialmente inseridas”*. Afinal, a historiografia do nacionalismo africano pode contribuir para a ilustração de uma visão de conjunto sobre a totalidade social negro-africana, durante o período analisado por Mário Pinto de Andrade nas duas obras referenciadas neste capítulo (1997a, 1990).

Não há sombra para dúvidas que o estudo sobre o (proto)nacionalismo africano empreendido por Mário Pinto de Andrade, foi desenvolvido a partir de uma rigorosa metodologia e hermenêutica sociológicas. Dos aspectos analisados neste capítulo, ressaltam-se os seguintes instrumentos de pesquisa com grande alcance histórico para as metodologias de pesquisa e interpretação sociológicas do discurso social. Em primeiro lugar, essa dupla significância metodológica recai sobre três eixos de análise periodológica, presente nos textos de Mário Pinto de Andrade sobre o (proto)nacionalismo africano: 1) a análise dos três grandes momentos que enformam os discursos do (proto)nacionalismo – a anterioridade nativista (Segunda metade do século 19 e primeira década do século XX), 2) o exercício do discurso protonacionalista propriamente dito (1911-1945), e, 3) a construção do discurso da dupla ruptura (pro)tonacionalista (1945-1957), e, 4) a emergência do discurso e das organizações unitárias do moderno nacionalismo africano (1957-1961); em segundo lugar, a análise em causa é objectiva e recai sobre três referentes sociológicos, presentes nos dois textos de Mário Pinto de Andrade, a saber: a) a análise sociológica do conteúdo do discurso ou do corpus textual, b) o estudo da problemática do alcance social dos sujeitos-objectos que Mário Pinto de Andrade designa por interlocutores/destinatários; e c) o estudo da composição sociológica (a partir das origens, prática e anseios sociais dos principais protagonistas (proto)nacionalistas, dos actores-dirigentes e dos interlocutores-destinatários) dos protagonistas de cada momento periodológico e dos resultados sociológicos dos seus engajamentos concretos.

Como se pode facilmente constatar dos itens anteriores, a caracterização conceitual de Mário Pinto de Andrade sobre os protonacionalistas funda-se em pressupostos sociológicos, que consistem no seguinte:

a) na caracterização do protonacionalismo como uma acção colectiva, isto é, um movimento social;

b) na caracterização da elite protonacionalista como um corpo social integrado por sujeitos e protagonistas sociais de origens diversas e, por conseguinte, produtores de um discurso sociológico ambivalente;

c) na definição dos protonacionalistas como uma elite social que lutava pela promoção e prestígio sociais dos negros, através de processos de mobilidade social vertical e de mobilidade cultural, também vertical;

d) na ilustração do protonacionalismo como um movimento sociocultural de pendor pan-africanista, pan-negrista e, mais tarde, negritudinista, que lutava pela emancipação de toda a civilização negro-africana<sup>25</sup>.

e) na caracterização dos protonacionalistas como agentes sociais, inseridos num determinado processo de acção histórica, o que se estende de 1911 a 1930;

f) na classificação dos protonacionalistas como um auto-investido grupo de actores sociais activos, com intervenção em todas as esferas da vida social, na base de um programa político de tendência autónoma e regionalista, inserido, porém, num amplo projecto lusitano<sup>26</sup>;

g) na definição dos protonacionalistas como uma elite ideológica “*que se insere nos movimentos libertadores da época*” (ANDRADE, 1997a: 77).

Como referi supra, o livro *Origem do Nacionalismo Africano* corresponde ao primeiro volume de uma vasta obra *Sociologia do Protonacionalismo Africano*, que o autor projectava publicar. Para o segundo volume, Mário Pinto de Andrade tencionava publicar o já citado ensaio “*As Ordens do Discurso do Clamor Africano: Continuidade e Rupturas na Ideologia do Nacionalismo Unitário*”<sup>27</sup>, publicado, em

---

(25) A este propósito o sociólogo angolano Mário Pinto de Andrade, afirma que os protonacionalistas africanos tinham um grande sentimento de pertença “*à 'raça por excelência escravizada' e, por conseguinte, lutavam para a reabilitação e salvação do seu 'estado de infortúnio'*. Por outro lado, os protonacionalistas protestam contra a «*hierarquia estabelecida entre os povos 'aristocratas' e 'plebeus'*” (1990: 12).

(26) A matriz do discurso ideológico autónomo é elaborado no âmbito da exigência do “*reconhecimento da especificidade dos africanos e sua consequente inserção no quadro institucional da soberania portuguesa*”. Os protonacionalistas exigem: a) a autonomia no quadro legal, constitucional; b) o direito e a extensão da instrução; e, c) a universalidade do direito e da justiça a todos os oprimidos (cf. ANDRADE: 1997a: 94-97).

(27) Este é dedicado a Aquino de Bragança, está estruturado em três partes principais: I. A 1.ª Ordem do Discurso (subdividido em: A. A análise de conteúdo, B. Os interlocutores destinatários, C. A composição sociológica), II. Elaboração do discurso de ruptura, III. 2.ª Ordem do Discurso (subdividido em: A. O inimigo, B. A violência, C. A organização e base social), além das partes introdutória e conclusiva. Alguns conteúdos da primeira parte deste texto (p. 9-17) foram inseridos em ANDRADE, Mário Pinto de, 1997a: 183-186.

1990, na revista *Estudos Moçambicanos* da Universidade Eduardo Mondlane (ANDRADE, 1990: 7-27). A questão central projectada para esse volume situa-se numa perspectiva de análise sócio-histórica e histórico-sociológica, que se traduz no estudo do nexa e ou linhas de continuidade e ruptura entre o protonacionalismo e a praxis do moderno nacionalismo africano. Nas palavras do investigador português António da Conceição Tomás “*Para o segundo volume o autor pretendia abordar a questão que é ligeiramente tratada na conclusão da obra. Saber se os protonacionalistas devem ser considerados como precursores do nacionalismo moderno*”(TOMÁS, 1998: 24).

É aqui onde reside a questão central sobre o significado histórico do protonacionalismo africano. De uma análise parcela e simplista, poderíamos resumi-lo em dois pontos: a) o protonacionalismo criou as premissas histórico-sociais, objectivas e subjectivas para a emergência do moderno nacionalismo africano; b) o protonacionalismo foi um movimento que serviu de antecâmara aos processos que viriam a conduzir os povos dos países africanos então colonizados por Portugal à nova fase da luta de libertação nacional e à consequente conquista das respectivas independências nacionais. Trata-se, porém, de um processo muito mais complexa e, por conseguinte, impõe uma análise mais rigorosa e sistematizada. O próprio Mário Pinto de Andrade, situa o significado histórico sociológico do protonacionalismo africano em da dimensões principais, caracterizadas por processo de continuidade selectiva: a) no plano teórico, e, b) no plano prático (ou da praxe sócio-política). Em relação ao plano teórico-doutrinário, o sociólogo angolano refere-se ao significado dos principais temas dos discursos sócio-políticos: i) a dicotomia indígena/assimilado, ii) a questão da permanência dissimulada do trabalho obrigatório, do esbulho das terras ou do acesso à instrução, e, iii) o discurso de raça como tema recorrente, que assume maior amplitude e influência sociocultural com o advento do movimento da negritude e, quanto ao “*espaço lusógráfo*”, com a publicação do livro *Ilha de Nome Santo*, de Francisco Tenreiro. Quanto ao plano prático, Mário Pinto de Andrade (1990: 16-17) delimita o significado histórico-sociológico do protonacionalismo a partir do carácter duradouro da sua mensagem articula em três níveis da acção sócio-histórica: em primeiro lugar, ao nível colectivo “*as gerações vindouras vão reter a vontade de organização e o espírito unitário à escala dos cinco países sob dominação portuguesa*”; em segundo lugar, ao nível sócio-político, a capacidade de “*sobrevivência de personalidades notáveis pela coerência vertical entre os seus actos e as ideias nativistas, emancipadoras*”; ao nível familiar e individual,

---

Mário Pinto de Andrade projectava desenvolver e alargar o conteúdo desse texto e publicá-lo como segundo volume da sua grande obra *Origens do Nacionalismo Angolano*.

a socialização e convivalidade contestatárias pesariam nas opções de “*certas personalidades singulares que marcam o curso da história*” no período posterior.

Assim, situo o significado da sociologia do protonacionalismo africano no âmbito do estudo das histórias sociais dos nossos países (Estados africanos outrora colonizados por Portugal), no que se refere ao conjunto de regularidades sociológicas que dinamizaram a acção histórica das elites e dos movimentos sociais do período nativista e (proto)nacionalista. De um ponto de vista epistemológico e metodológico, a sociologia do protonacionalismo africano, constitui um novo domínio do saber sociológico, que complementa alguns estudos dispersos, no âmbito da sociologia histórica, da sociologia política e dos estudos históricos africanos. É uma espécie de teoria geral do protonacionalismo, pelo carácter pluridisciplinar da abordagem e da metodologia usadas no livro “*Origens do Nacionalismo Africano*” e no texto “*As Ordens do Discurso do ‘Clamor Africano’: continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário*”, que abre os horizontes para o estudo histórico e sociológico das etapas dos modernos nacionalismos africanos e dos processos da luta armada pela libertação nacional dos povos africanos dos “*Países africanos de língua oficial portuguesa*”.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Mário Pinto. *Origens do nacionalismo africano*. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997a, 228 p.
- \_\_\_\_\_. *Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa, Edições Sá da Costa, 1997b, 207 p.
- \_\_\_\_\_. As ordens do discurso do clamor africano. Continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário. ESTUDOS MOÇAMBICANOS, Maputo, Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, p. 9-27, 1990.
- \_\_\_\_\_. Protonacionalismo em Moçambique – um estudo de caso: Kamba Simango (1890-1967). ARQUIVO, 6: 127-148, out. 1989.
- MEDINA, João. *História de Portugal Contemporâneo, Político e Institucional*. Lisboa, Universidade Aberta, 1994, p. 134.
- MBEMBÉ, J. Achile. La palabre de l'Indépendance: Les ordres du discours nationaliste au Cameroun (1948-1958). RÉVUE FRANÇAISE DE SCIENCE POLITIQUE, 3: 451-486, Juin 1958.
- LARA, Lúcio. *Um amplo movimento. Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara*. Vol. I (até 1961). Luanda, edição do Lúcio e Ruth Lara, (1977).

*África*: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 20-21: 285-303, 1997/1998.

ABSTRACT: In this work the author analysis the aspects of the Sociology of the Africa Protonationalism, based on the sociological thought of Mário Pinto de Andrade. It is a bibliographical and hermeneutic research and deals with four fundamental questions: 1) epistemological aspects of the sociology of the African protonationalism; 2) Objective and subjective premises of the emergency and development of the African protonationalism; 3) Lines of rupture and continuity between the African protonationalism and the modern African nationalism, ad 4) The historic-methodological extension of the sociology of the African protonationalism.

Keywords: Sociology of African protonationalism; Nativism; (Proto)nationalism; Social elites; African countries of Portuguese language